

## **O texto como jogo: sobre as possibilidades de um diálogo entre Wolfgang Iser, Luís Costa Lima e Cremilda Medina como base epistemológica para a narrativa jornalística.<sup>1</sup>**

Cicélia Pincer BATISTA<sup>2</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Este artigo propõe uma reflexão sobre o estatuto da narrativa jornalística, perguntando-se sobre as possibilidades epistemológicas de se considerar o texto jornalístico como um jogo que intenta expressar o mundo numa interconexão de vozes; como um dizer múltiplo a articular uma assinatura coletiva como sua condição e base fundamentais. Para tanto, propõe-se um diálogo entre a proposição do texto como jogo – em Wolfgang Iser -, e as reflexões sobre as diferenças e intersecções entre narrativa histórica e literária, em Luís Costa Lima, e sobre as especificidades da narrativa jornalística, em Cremilda Medina.

**PALAVRAS-CHAVE:** epistemologia do Jornalismo; narrativa jornalística; jogo do texto; assinatura coletiva.

### **Introdução**

Quase trinta anos depois da abertura comercial que propiciou à internet – via, sobretudo, redes sociais digitais - estar no epicentro das maiores e mais profundas mudanças na Experiência, o dizer, saber e fazer comunicacional e jornalístico ainda parecem se achar tributários não só de uma concepção da tecnologia como suporte e novidade, como de uma reflexão que, também por isso mesmo, parece se intimidar em pensar sobre as possíveis mudanças no estatuto da sua relação com o mundo: a narrativa.

Muito tem se fala sobre a passagem de um modelo comunicacional de ‘um para muitos’ para outro calcado em ‘muitos para muitos’ e suas consequências sociais, empresariais, tecnológicas e semânticas. Neste sentido, não há como negligenciar a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP), professora do Curso de Jornalismo da ESPM-SP; membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, credenciado no CNPq. E-mail: [cicelia.batista@espm.br](mailto:cicelia.batista@espm.br).

---

presença, no dizer contemporâneo sobre o universo comunicacional e suas transformações, dos discursos sobre a crise do Jornalismo.

Assim, e a parafrasear Luís Costa Lima (1989), tanto se falou sobre a crise de paradigmas no século XX e, hodiernamente, sobre as transformações que ‘o digital’ implica nas relações comunicativas que, “ao ouvi-la repetida, tendemos ao bocejo”. Dentre as muitas possibilidades de ‘acesso’ reflexivo a este ‘bocejo’, este artigo se volta à pergunta sobre o estatuto da narrativa jornalística, propondo uma reflexão sobre as possibilidades epistemológicas de se considerar o texto jornalístico como um jogo que intenta expressar o mundo numa interconexão de vozes; como um dizer múltiplo a articular uma assinatura coletiva como sua condição e base fundamentais.

Para tanto, propõe-se um diálogo entre a concepção do texto como jogo, em Wolfgang Iser, as reflexões sobre as diferenças e intersecções entre narrativa histórica e literária, em Luís Costa Lima, e sobre as especificidades da narrativa jornalística, em Cremilda Medina, a fim de se perguntar, de modo mais amplo, sobre a narrativa jornalística como horizonte de abertura, de ampliação e enriquecimento da Experiência e compreensão do mundo e não apenas como seu estertor.

Objetiva-se, como propõe Iser, dispor do conceito de jogo sobre a representação, “enquanto conceito capaz de cobrir todas as operações levadas a cabo no processo textual”, entendido, portanto, “como um ato intencional pelo qual um autor se refere e intervém em um mundo existente, mas ainda não acessível à consciência e, por isso mesmo, identificado e esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e interpretá-lo”. (ISER, 2002, p.107). Ou seja, pretende-se lançar reflexões que nos levem, posteriormente, a responder perguntas tais como: de quem é a história que se narra no texto jornalístico? Como se articulam, em suas vozes narrativas, a autoralidade? Quem é o autor? O que é um autor no texto jornalístico?

---

## Os discursos sobre a crise como horizonte e demanda de abertura para a narrativa jornalística

É sensato pressupor que o autor, o texto e o leitor são intimamente interconectados em uma relação a ser concebida como um processo em andamento que produz algo que antes inexistia. Esta concepção do texto está em conflito direto com a noção tradicional de representação, à medida que a *mimesis* envolve a referência a uma “realidade” pré dada, que se pretende estar representada. (ISER, 2002, p. 105).

Ao propor a passagem da racionalidade esquemática para o diálogo dos afetos, Medina afirma a necessidade da palavra poética como uma das condições essenciais para a criação de uma assinatura coletiva para o jornalismo. Para renovar e criar uma narrativa rigorosa, sutil e solidária, tantos os diversos produtores do saber científico quanto aquele que rege e articula a interpretação da contemporaneidade – ou seja, o jornalista, no dizer da autora - carecem do contato e do movimento: “o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora”. (MEDINA, 2008, p. 109)

Tal perspectiva, por sua vez, aponta, dentre outros aspectos, para a necessidade de se refletir sobre o estatuto da narrativa jornalística, especialmente quando se considera que suas tematizações são, muitas vezes, ainda marcadas por uma perspectiva epistemológica que privilegia uma concepção objetivista e instrumental da linguagem, de forma que, como diz MEDINA (2003, p. 92-93), “o cotidiano da atualidade está, no jornalismo como em outras esferas de conhecimento, aprisionado em paradigmas em crise”, acusando, assim, “um déficit de criatividade que constitui o desafio da pesquisa nessa área”.

Por seu lado e, ao perguntar-se pelo sentido e limite da categoria “narrativa”, Costa Lima afirma que, apesar de ela se constituir num tema cada vez mais central tanto na História quanto nas Ciências Sociais, permanece ainda dominante “[...] a ideia de que a narrativa é algo que importa, desde que não estejamos a lidar com a ciência. [...] O radicalizar a pergunta pelo sentido e pelos limites da narrativa está fadado a criar uma perturbação maior porque então se atinge a noção compartilhada de ciência”. (1989, p. 16)

Sabe-se que esta visão cientificista não só da narrativa jornalística, mas do mundo, de modo mais amplo, tem suas matrizes na Modernidade: o jornalismo, como figuração

---

primeira da comunicação midiática, é “inscrito na trajetória nitidamente assinalada pela Modernidade; foi construindo sua linguagem segundo os postulados da racionalidade” (MEDINA, 2008, p. 17).

Assim, é que, muitas vezes, na contramão do horizonte imediato prefigurado pelas potencialidades interativas das redes digitais, que apontam para uma nova situação comunicacional, tem-se mostrado ainda hoje, contraditoriamente e com mais força e veemência, a necessidade e paradoxal incapacidade de se responder às “experiências cotidianas da dor ou da alegria, dos comportamentos humanos, os espantos da crueldade – eis alguns dos temas que desafiam a sensibilidade, a sutileza e o sentimento incômodo das mentes abertas às incertezas”. (MEDINA, 2008, p. 29)

Tais desafios e necessidades, no caso da narrativa jornalística, acharam-se limitados à sua concepção como estertor do narrar, num encarceramento de seus sentidos e possibilidades às condições históricas e societárias em que o mundo referencial se restringiu, a despeito do posterior alargamento de seus fluxos comunicativos, políticos, econômicos e culturais. Isto é, tanto o pensar quanto o fazer da narrativa jornalística ainda parecem ter de prestar contas à chamada viragem e consolidação da Modernidade, quando o experienciar do mundo e suas formas de conhecimento e compreensão passaram a se fixar nos parâmetros da ciência; especificamente na sua concepção positivista-comteana.

Ao refletir sobre a persistência e herança das ideias de René Descartes e Auguste Comte, no fazer e narrar do jornalismo e, de modo mais abrangente, da comunicação midiática, como bases primordiais da visão cientificista que configurou o horizonte de compreensão e cognoscibilidade do mundo contemporâneo, Medina constata que

No século XIX se propõem gramáticas, presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social. O signo da divulgação que rege a relação ciência-sociedade se estrutura numa concepção e prática semelhantes aos discursos que informam sobre a atualidade”. (MEDINA, 2008, p. 18)

Na reflexão da autora, a concepção de conhecimento dominante entre os epistemólogos contemporâneos, mesmo quando o querem negar, ainda tem como horizonte a afirmação e defesa/busca daquelas gramáticas. Assim, a despeito do “caos dinâmico” e dos desafios e tentativas – que se colocam como ordem do dia – de compreensão de atos emancipatórios” e experiências societárias imprevisíveis, a dureza

e defesa do estado positivo permanecem como fundamentos da metodologia atual. “Estava selado, no fim do século XIX, o estatuto das ciências numa estrutura piramidal que até hoje aflige os epistemólogos do saber plural”. (MEDINA, 2008, p. 21)

Das ordens imediatas nas editorias dos veículos noticiosos às práticas, valores e visões que orientam as atividades e disciplinas de muitos cursos de Jornalismo, ainda se reproduzem nas narrativas jornalísticas, o eco de preceitos propostos por Augusto Comte:

a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. (...) A análise das insuficiências profissionais ou institucionais e a proposta de formação dos jornalistas (...) não suprimiram a sociedade da informação (mecânica) de plena inteligência (natural). (MEDINA, 2008, p. 29)

As marcas desta referência epistemológica na gramática da narrativa jornalística são bastante claras: a noção de real como coisa e a conseqüente crença numa relação objetiva com o real; a tendência de redução do dizer jornalístico ao mero diagnóstico do acontecimento social; “a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados”. (MEDINA, 2008, p. 25).

Cremilda Medina complementa este seu vaticínio de modo ainda mais eloquente e com argumentação exemplar: “Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista”. (Medina, 2008, p. 25)

Ora, o problema - não exclusivo dos estudos da Comunicação, mas que atravessa a produção do conhecimento das Ciências humanas e sociais, de modo mais abrangente, e que se aprofunda e se intensifica no campo do Jornalismo - é que as sempre mais aceleradas e efêmeras mudanças que configuram os contextos da experiência, especialmente a partir da segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI, não só exigem um esforço de reflexão e interrogação sobre as gramáticas normativas que até então orientaram e orientam o pensar e o fazer jornalísticos. Antes, estas transformações implicam em demanda muito clara e específica:

Os impasses e os trágicos contextos que as sociedades viveram no século XX, reforçados pelas mazelas e pelos desafios do século XXI, (...) e todas as pautas da contemporaneidade demandam mais as

---

narrativas autorais densas e tensas do que as promessas da verdade simples e precisa. (MEDINA, 2008, p. 28).

Neste contexto, e a considerar que a linguagem e a narrativa podem aceder à condição de constituição e abertura da experiência e compreensão do mundo, pode-se, então, avançar-se na hipótese de que a narrativa jornalística está mais próxima de um perguntar sobre o movimento do mundo e sobre o mundo em movimento, colocando, por conseguinte a realidade à prova pelo seu confronto com quaisquer horizontes pretensamente seguros e certos; seja o senso comum, o mito, a ciência ou qualquer outra forma simbólica – para lembrar Ernst Cassirer (2001).

O jornalista fala no/do mundo pretensamente de modo intencional e orientado por uma racionalidade instrumental e objetiva, que o autoriza como narrador e o identifica como profissional. No entanto, muitas vezes, o seu narrar pode mobilizar muito mais a sensibilidade, o não racionalizável e o indizível, num experimento que acaba por colocar em xeque aquele mesmo tecnicismo esquemático que se consagrou como sinônimo do próprio jornalismo.

O embate se trava, entretanto, quando é preciso abandonar o conformismo das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e/ou acadêmicos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano.

Inverter a relação sujeito-objeto do técnico em informação de atualidade para a relação sujeito-sujeito do mediador social, para além de um problema epistemológico, é uma fogueira em que se queimam as certezas, as rotinas profissionais, o ritmo mecânico do exercício jornalístico. (MEDINA, 2003, p. 40)

Fazer este movimento significa ‘abandonar as ilusões’ e considerar que, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais e suas potencialidades comunicativas abrem os horizontes compreensivos da experiência, a persistência da gramática expositiva da objetividade acusa, paradoxalmente, a necessidade de decifrar e narrar a complexidade dos acontecimentos noticiáveis.

Neste contexto, é que se torna evidente, a despeito da diferença entre os focos prioritários de suas reflexões – Jornalismo e História, respectivamente –, a possibilidade de um diálogo entre Medina e Costa Lima, principalmente quando se tem em conta não só o fato de ambos empreenderem reflexões bastante singulares e inovadoras em suas áreas de conhecimento, mas, sobretudo, que tais singularidades e inovações deixam claro

que nestes dois campos do saber as abordagens sobre a narrativa ainda têm a cientificidade como horizonte e condição de autoridade e competência; tal horizonte implica uma concepção instrumental da linguagem, cujo ideal seria uma relação de transparência com a realidade; e, por último, que em ambos se afirmam a necessidade de se proceder à interrogação sobre o *status* epistemológico da narrativa como possibilidade de ruptura com paradigmas que não se mostram mais suficientes para responder às complexidades inerentes ao contemporâneo.

Tal insuficiência tona-se evidente quando se considera que as atuais condicionantes históricas e tecnológicas, e suas possibilidades interativas e de sentido, implicam não só a falência do paradigma racional-objetivista, como o imperativo de construção linguística e narrativa do acontecimento capaz de não apenas obliterar suas dimensões polifônicas e polissêmicas, mas, antes, de se apresentarem como a apropriação singular e plural que dele faz cada coletivo pensante e sensível. Assim, pode-se afirmar com Costa Lima que “o interesse em teorizar não se generaliza sem que antes se difundam os sinais de crise, seja no modo de compreender um certo objeto (crise em uma disciplina), seja no lidar até com o próprio cotidiano (crise de um paradigma)” (COSTA LIMA, 1989, p. 19)

Dáí que a reflexão sobre o estatuto epistemológico da narrativa poderia começar pela colocação de outra pergunta nela implicada, *sobre a sua autoria*. Esta indagação mostra-se já quando se considera a narrativa como “[...] o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita, mas coincidente com ela, que é, pois, constitutiva de seu objeto”. (COSTA LIMA, 1989, p.17)

Semelhante perspectiva encontra-se em Medina (2003, 2006, 2008), para quem a narrativa jornalística é uma produção de sentidos perante os acontecimentos da realidade, destacando que essa produção implica na criação dos múltiplos significados da realidade e não na sua mera administração e/ou reprodução. Há de se perguntar, portanto, quem administra essa produção de sentidos?

No horizonte desta pergunta é que a noção de acontecimento se torna crucial para ambos os autores, principalmente quando se considera suas críticas à predominância, nas suas respectivas áreas de conhecimento, à concepção de que cabe ao acontecimento, assim como à narrativa, captar o passado e a realidade como “efetivamente fora”. Permanece-se, pois, sob o signo da difusão.



---

Se o texto, como narração do mundo e tessitura de sentido, não pode se restringir e nem se ancorar numa relação de especularidade e semelhança com aquilo que nele mesmo se narra, a afirmação da leitura como ato compreensivo-expressivo das transformações históricas do mundo será o *leitmotiv* para se chegar a Wolfgang Iser e sua teoria estética da recepção– reiterando-se, mais uma vez, que se tem consciência das diferenças conceituais entre os pensadores até aqui trabalhados, mas também já buscando apontar a possibilidade de, a partir dessas diferenças, construir-se um diálogo entre eles.

### **O texto como jogo: sobre a narrativa como horizonte e abertura em Wolfgang Iser**

Wolfgang Iser integra o grupo de pesquisadores alemães que fundaram a perspectiva ou “escola teórica” mundialmente conhecida como Estética da Recepção que, ao reunir nomes como Hans Robert Jauss, Karlheinz Stierle e Hans Ulrich Gumbrecht, além do próprio Iser, representou um *turning point*; uma viragem epistemológica fundamental em relação aos estudos literários e, conseqüentemente, aos demais formatos artísticos e culturais que acionam termos e processos como a *mimesis*, a narrativa e as imagens como materiais expressivos. (MOSTAÇO, 2009)

Surgido em 1967, na Universidade de Konstanz, na Alemanha, este grupo de pesquisadores se opunha a duas tendências até então dominantes nos estudos literários: a crítica imanentista, que considerava o texto apenas em sua “face textual, com desprezo dos elementos histórico-sociais”, e o que chamavam de reducionismo marxista que, ao sobrevalorizar, justamente, uma abordagem apenas histórico-social da obra, obliterava a abertura e multiplicidade de modos de expressão e apreensão que cada obra aciona:

A recepção não é uma dimensão individual, mas um fenômeno coletivo, resultante das manifestações advindas das interpretações singulares ou grupais, dimensionada através das práticas de leitura e agenciamentos histórico efetuados sobre textos e autores. (MOSTAÇO, 2009, p. 63)

Costa Lima deixa mais clara a importância desta viragem epistemológica ao apontar que a Estética da Recepção trouxe o leitor para a estrutura da obra, da narrativa, mostrando que “seu papel vivo e ativo é previsto pela própria estrutura da obra. [...] A obra assume seu caráter histórico quando a intervenção do leitor não se confunde com a de um mero complemento”. (COSTA LIMA, 2002, p. 20)



---

Neste contexto, é que a obra de Wolfgang Iser ganha sentido e destaque, uma vez que a reativagem no papel do leitor transforma substancialmente a noção de texto, de narrativa – como explica ainda Costa Lima (2002, p. 24):

É uma das ingenuidades mais arraigadas da consideração literária pensar que os textos retratam a realidade.[...] Ora, se os textos não recebem sua realidade de antemão, mas a alcançam por uma espécie de reação química processada entre o texto e seu leitor, tal “reação” já aponta para o papel do leitor; enquanto habitado por orientações e valores que ele próprio não domina conscientemente. Noutras palavras, é o efeito (produto de orientações e valores) atualizado no leitor que lhe serve de filtro para emprestar sentido à indeterminação contida na estrutura do texto.

Logo, se a narrativa tem como mister, conforme afirmado anteriormente, organizar o mundo e a Experiência; ela também se destina a desestabilizá-los: “o texto, literário e artístico tem, pois, como primeiro efeito converter o habitualizado em estranho” (COSTA LIMA, 2002, p. 24). Aqui já se apresenta uma possibilidade de diálogo entre as reflexões de Iser e a narrativa jornalística: não seria a imprevisibilidade, tão cara aos discursos sobre a noticiabilidade, um *lócus* para o estranhamento de que fala Iser?

No intento de dispor o conceito de jogo sobre a representação, “enquanto conceito capaz de cobrir todas as operações levadas a cabo no processo textual”, Iser (2002, p. 107) afirma ser o texto resultado de “um ato intencional pelo qual um autor se refere e intervém em um mundo existente”, mas ainda não acessível à consciência.

Assim, e para enfatizar as interações, que se dão não externamente, mas no próprio processo textual, entre autor, texto e leitor, é que ele recorre ao conceito de jogo:

Os autores jogam com os leitores e o texto é o campo do jogo. [...] Assim o texto é composto por um mundo que ainda há de ser identificado e que é esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e, por fim, a interpretá-lo. Essa dupla operação de imaginar e interpretar faz com que o leitor se empenhe na tarefa de visualizar as muitas formas possíveis do mundo identificável, de modo que, inevitavelmente, o mundo repetido no texto começa a sofrer modificações. Pois não importa que novas formas o leitor traz à vida: todas elas transgridem – e, daí, modificam – o mundo referencial contido no texto. (ISER, 2002, p. 107)

Esta noção de texto tem, segundo ainda o próprio autor, como uma de suas principais vantagens heurísticas o fato de que o jogo não tem de retratar nada fora de si, possibilitando que “a inter-relação autor-leitor-texto seja concebida como uma dinâmica que conduz a um resultado final” (ISER, 2002, p. 107). Percebe-se, portanto, como base e

horizonte iseriano, a crítica à noção tradicional de representação, como mimesis, como referência a uma realidade pré dada, em favor da valorização do aspecto performativo do texto. Ou seja, não se trata mais de se referir ou de se captar, no texto, um mundo disponível como coisa tangível, inteligível, mas de criar mundos possíveis:

Assim, o jogo do texto não é nem ganho, nem perda, mas sim um processo de transformação das posições que dá uma presença dinâmica à ausência e alteridade da diferença. Em consequência, aquilo que o texto atinge não é algo pré dado, mas uma transformação do material pré dado que contém. Se o texto acentua a transformação, é ele obrigado a ter uma estrutura de jogo, pois doutro modo a transformação teria de ser subsumida a uma armação cognitiva, com a destruição de sua própria natureza. (ISER, 2002, p. 115)

O jogo do texto implica para Iser, pois, uma noção de acontecimento – ficcional ou real – que se ancora não numa relação de primazia e exterioridade ao narrar. Antes, “o mundo repetido no texto é obviamente diferente daquele a que se refere, quando nada porque, como repetição, deve diferir de sua existência extratextual [...] porquanto nenhuma descrição pode ser aquilo que descreve”. (ISER, 2002, p. 107)

O autor deixa mais clara sua concepção ao propor três aspectos que caracterizam o texto como jogo:

1. Em cada nível, posições diferenciáveis são confrontadas entre si.
2. A confrontação provoca um movimento de ida e vinda que é básico para o jogo e a diferença resultante precisa ser erradicada para que se alcance um resultado.
3. O movimento contínuo entre as posições revela seus aspectos muito diferentes e cada um traspasa o outro, de tal modo que as várias posições são por fim transformadas. “Cada uma dessas diferenças abre espaço para o jogo e, daí, para a transformação, que, mesmo no estágio preliminar de meu argumento, pareceria descreditar a noção tradicional de representação”. (ISER, 2002, p. 108)

Assim, para Iser, se os jogos visam apenas a resultados e se as diferenças não são transpostas ou mesmo removidas, o jogo termina. O resultado do jogo textual, portanto, pode ser altamente redutivo, se e quando seus lances fragmentam as posições em uma multiplicidade de aspectos.

Se considerarmos ser o significado o resultado do jogo textual, então este só pode provir da suspensão do movimento do jogo que, com alta frequência, envolve a tomada de decisões. Mas qualquer decisão eclipsará inúmeros aspectos provocados pela mudança e interação constantes e, daí, pela reiteração variada de posições do jogo, de modo

---

que este, por si mesmo, se contrapõe a chegar ao fim. (ISER, 2002, p. 108)

Assim, quanto mais o leitor é ativado, pelos procedimentos, no jogo do texto, tanto mais é ele também jogado pelo texto. Logo, novos traços de jogo emergem, de modo que o próprio texto assegura tanto ao autor quanto ao leitor papéis para os quais a exigência de proatividade é fundamental. O jogo do texto, portanto, “é uma performance para um suposto auditório e, como tal, não é idêntico a um jogo cumprido na vida comum, mas, na verdade, um jogo que se encena para o leitor, a quem é dado um papel que o habilita a realizar o cenário apresentado”. (ISER, 2002, p. 115-116)

É importante ressaltar, contudo, que a encenação aludida anteriormente não significa que o jogo do texto se desdobra, portanto, como um espetáculo que o leitor apenas observa. Antes, tal encenação demanda uma ação pela qual o próprio texto resulta tanto como um evento em processo quanto como um acontecimento que envolve, ressalte-se novamente, autor, leitor, narração e encenação.

Pois o jogo do texto pode ser cumprido individualmente por cada leitor, que, ao realizá-lo de seu modo, produz um “suplemento” individual, que considera ser o significado do texto. O significado é um “suplemento” porque prende o processo ininterrupto de transformação e é adicional ao texto, sem jamais ser autenticado por ele. (ISER, 2002, p. 116)

O jogo do texto implica, assim, uma abertura de horizontes de expectativas que pode ser acionada de vários modos: um deles é a abertura semântica, que aciona a necessidade de apropriação do que se vive e a compreensão do que se narra sobre este vivido; o que, inclusive, pode desestabilizar o jogo da narrativa, levando-se à sua rejeição; ou, ao contrário, à sua interpretação com obtenção de experiência e enriquecimento de seus sentidos. “Então, nos abrimos para o não-familiar e nos preparamos para que nossos próprios valores sejam influenciados ou mesmo modificados por ele”. (ISER, 2002, p. 117)

Segundo Iser, esta é a ‘façanha extraordinária do jogo’ narrativo: satisfazer, ao mesmo tempo, necessidades epistemológicas e antropológicas:

Epistemologicamente falando, impregna a presença com uma ausência esboçada pela negação de qualquer autenticidade quanto aos resultados possíveis do jogo. Antropologicamente falando, nos concede conceber aquilo que nos é recusado. É interessante notar que as perspectivas epistemológica e antropológica não entram em conflito, mesmo se pareçam caminhar uma contra a outra. Se houvesse um choque, o jogo

---

se desfaria, mas como não há a irreconciliabilidade de fato revela-se algo de nossa própria constituição humana. Por nos conceder ter a ausência como presença, o jogo se converte em um meio pelo qual podemos nos estender a nós mesmos. (ISER, 2002, p. 118)

## Considerações finais

A considerar o exposto, poder-se-ia, então, perguntar pelas consequências interpretativas desta concepção do texto como jogo e se, ao afirmá-las, não se estaria a postular uma indeterminação caótica e desestruturante da linguagem em sua relação com o mundo que, especialmente no que tange à narrativa jornalística, causaria tamanha perturbação que nos levaria de volta ao porto seguro da notícia como especularidade. O próprio Iser nos fornece a possibilidade de resposta: “É sensato pressupor que o autor, o texto e o leitor são intimamente interconectados em uma relação a ser concebida como um processo em andamento que produz algo que antes inexistia”. (ISER, 2002, p. 105).

Possível resposta e, ao mesmo tempo, radicalização desta pergunta se encontram no diálogo com Costa Lima, para quem, de um lado, é o efeito, “produto de valores e intenções”, atualizado pelo leitor e realizado no texto que orientará o seu sentido e responderá à indeterminação nele contida:

o texto, literário e artístico, tem, pois, como primeiro efeito converter o habitualizado em estranho. (...) Dizer, portanto, que o significado do texto literário é engendrado no processo de leitura (ibidem, 229) significa que (...) a indeterminação incorpora uma condição elementar do efeito. (ibidem, 230, grifo meu). O efeito está plantado na estrutura da obra e será atualizado de acordo com o “horizonte de expectativas” [expressão não usada por Iser] de seu receptor. (COSTA LIMA, 2002, p. 24-25)

De outro lado, há que se considerar se não é mesmo este estranhamento o horizonte de possibilidades que conduzirão o texto à abertura para a Experiência. Afinal, a indeterminação como condição elementar da própria narrativa e de seus efeitos ou modos de interpelação, constitui uma base elementar do dizer e contar sobre o mundo. E isto parece valer tanto para a narrativa fictícia quanto para a narrativa jornalística, sobretudo quando se considera que tanto numa quanto noutra subjaz uma realidade. O que as distingue, então, são os modos como se jogam a verossimilhança e a verdade como horizontes de sentido privilegiados em cada uma delas, respectivamente. Daí a importância da dupla operação levada a cabo pelo leitor, segundo Iser: imaginar e interpretar.

Essa dupla operação de imaginar e interpretar faz com que o leitor se empenhe na tarefa de visualizar as muitas formas possíveis do mundo identificável, de modo que, inevitavelmente, o mundo repetido no texto começa a sofrer modificações. Pois não importa que novas formas o leitor [assim como o narrador] traz à vida: todas elas transgridem – e, daí, modificam – o mundo referencial contido no texto. (ISER, 2002, p. 107)

O movimento em que se constituem os ‘jogos’ entre experiências e interpretações, explícita, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo de cada um dos termos da relação seu próprio significado: interpretações de experiências e/ou experiências de interpretação apontam, antes de mais, o seu caráter interrogativo e interconstitutivo. Apontam, pois, e sobretudo, para as potencialidades narrativas do jornalismo para além das restrições que sua configuração histórica como “produto à venda” instituiu e legitimou.

---

## REFERÊNCIAS

- CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COSTA LIMA, L. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- \_\_\_\_\_. O leitor demanda (d)a literatura. Prefácio à 1ª edição. IN: JAUSS et al. **A literatura e o leitor**: textos de estética da Recepção. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Prefácio à 2ª edição. IN: JAUSS et al. **A literatura e o leitor**: textos de estética da Recepção. Coord. E Trad. Luiz Costa Lima. 2a Ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Ciência e Jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2a ed. São Paulo: Summus, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.
- ISER, W. **Der Akt des Lesens**. Stuttgart: Fink, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O Ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Vol I. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O Ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Vol II. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. O jogo do texto. IN: JAUSS et al. **A literatura e o leitor**: textos de estética da Recepção. Coord. E Trad. Luiz Costa Lima. 2a Ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002; p. 105-118.
- MOSTAÇO, E. **Uma incursão pela estética da recepção**. São Paulo: 2009.